

MEMÓRIA E AFRODESCENDÊNCIA EM DEBATE: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA COMUNITÁRIA

Cícero Joaquim dos Santos

Doutorando em História/UFC. Professor do Departamento de História da URCA
E-mail: cjoaquims@yahoo.com.br

Introdução

O caráter seletivo da memória implica o reconhecimento de sua vulnerabilidade à ação política de eleger, reeleger, subtrair, adicionar, excluir e incluir fragmentos no campo do memorável. A ação política, por seu terno, invoca, com frequência, o concurso da memória, seja para firmar o novo, cuja eclosão dela depende, seja para ancorar no passado, em marcos fundadores especialmente selecionados, a experiência que se desenrola no presente (CHAGAS, 2009, p. 136).

No ano 2005, a Fundação Cultural Palmares, órgão do Ministério da Cultura do Brasil responsável pelo reconhecimento dos quilombos no país, reconheceu a comunidade dos Souza como de remanescentes quilombolas, sendo esta a primeira reconhecida oficialmente na região do Cariri cearense, situada no sítio Vassourinha, no alto da Chapada do Araripe, município de Porteiras (RATTS, 2009; SANTOS, 2006).

Esse reconhecimento leva-nos a ponderar sobre a relação entre *memória e poder*, principalmente no que concerne às tentativas (oficiais) de silenciamento das trajetórias dos povos negros no Brasil, da sua contribuição à formação da so-

cidade brasileira e influência das tradições culturais africanas, em outrora e, por outro lado, na construção de políticas de promoção da igualdade racial, em um cenário social ainda marcado por contrastes e pela exclusão social de grande parte da população afrodescendente.¹

No ano 2003, a promulgação da Lei 10.639 colocou em evidência a reivindicação dos direitos dos povos negros no Brasil. Naquele momento, o Estado brasileiro tornou obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas instituições de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, do país. A Lei, também reconheceu a data 20 de novembro como o “Dia Nacional da Consciência Negra”, em alusão à morte de Zumbi dos Palmares, notadamente reconhecido como um símbolo da luta dos negros e das negras no Brasil.² Portanto, a promulgação da Lei 10.639/03, representa uma ação de reparação do Estado brasileiro perante a negação da participação política e, conseqüentemente, da exclusão

¹ É válido ressaltar que, antes disso, já existiam iniciativas de grupos e de organizações não governamentais que vinham lutando para descortinar a presença, a trajetória e as carências dos povos negros no Cariri. Como exemplo, citamos o Grupo de Valorização Negra do Cariri (GRUNEC), que vem atuando na região desde o ano 2001. Também, é importante comentar que, antes dos Souza, outras comunidades foram reconhecidas como remanescentes quilombolas no Ceará, a exemplo de Conceição dos Caetanos, no município de Tururu, e Bastiões, em Iracema (INSTITUTO DA MEMÓRIA DO POVO CEARENSE, 1998; RATTS, 2009). A criação do distrito de Porteiras data de 9 de agosto de 1858, no termo da vila de Jardim. Sua emancipação política ocorreu em 17 de agosto de 1889, desmembrada do município de Santo Antônio do Jardim (Cf. PINHEIRO, 1963). Porteiras fica localizada acerca de 425 km de Fortaleza (em linha reta) e possui 14.866 habitantes, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (Censo 2010). Estabelece fronteiras com os municípios de Jardim, Missão Velha, Brejo Santo e Jati.

² Cf. Lei nº 10.639, de 9 de jan. de 2003. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br>. Acesso em: 03 de fev. de 2012.

social dos povos negros no país, bem como do silenciamento de suas trajetórias, lutas e culturas (Cf. FERNANDES, 2005).³

No entanto, ao falarmos sobre a relação *memória e poder* não podemos direcionar nossa atenção para as formas de poder institucionalmente instauradas, reduzindo a análise às ações do Estado (como único sujeito) na negação dos direitos dos povos afrodescendentes ou na tentativa de mudar o cenário da discriminação racial e de sua exclusão social, como vemos atualmente.⁴ É necessário, portanto, ampliar o olhar para outros sujeitos históricos e analisar, também, formas alternativas de reivindicação de melhores condições de vida, bem como do direito à cidadania, à memória e à história.

Nos limites deste artigo, a investigação será direcionada para uma experiência comunitária que elucidou as reivindicações dos povos afrodescendentes da região do Cariri cearense. Refiro-me à realização do IV Seminário Regional Espaço Aberto à Cultura (ESPACULT), promovido pela Associação Retratores da Memória de Porteiras (REMOP). O evento

³ Da mesma forma, tal medida de reparação foi tomada para com os povos indígenas. Em março de 2008, a Lei nº. 11.645, alterou a Lei nº. 10.639/03, definindo, no Art. 26-A, que, “Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena”. Cf. Lei nº 11.645/08. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br>. Acesso em: 03 de fev. de 2012.

⁴ Esse cenário, marcado pelo debate político entre diferentes sujeitos, ações de autoafirmação dos negros(as) e parâmetros normativos de reparação promulgados pelo Estado, no combate ao racismo e a exclusão social, evidencia a redefinição da chamada “identidade nacional”, que transcende de uma para múltiplas identidades e também elucida a tomada de consciência de grande parte da população no autorreconhecimento e na participação política, afinal “ser negro no Brasil não se limita às características físicas. Trata-se, também, de uma escolha política” (ABREU; MATTOS, 2008, p.41).

ocorreu nos dias 20 e 21 de maio de 2011, no Museu comunitário Casa da Memória de Porteiras, situado no município de Porteiras, no Sul do Ceará.

IV ESPACULT: Memória e Afrodescendência

Em fevereiro de 2004 surgiu o grupo Retratores da Memória de Porteiras (REMOP). Composto por cerca de 10 jovens, que na época tinham entre 15 a 29 anos, o grupo assumiu a missão de estimular o registro, a valorização e a preservação da memória e do patrimônio cultural de Porteiras, em um cenário marcado pela desvalorização cultural e o descaso do poder público perante os bens culturais locais (Cf. SANTOS, 2011). Desse modo, uma das primeiras iniciativas dos jovens foi a realização do Seminário Espaço Aberto à Cultura (ESPACULT).

Segundo Santos (2011a), esse evento teve sua primeira edição na noite do dia 26 de novembro de 2004, e discutiu o tema “Porteiras: Arte e Memória”. O evento constou de uma exposição cultural com fotografias dos lugares de memória e objetos do cotidiano dos porteirenses; apresentações de danças; teatro e um concurso de redação e poesia com crianças e adolescentes de Porteiras. De 09 a 11 de março de 2006, ocorreu o II ESPACULT que aprofundou o tema “Porteiras: Memória e Patrimônio Imaterial”, e constou de uma exposição cultural, uma mesa redonda e 5 (cinco) oficinas, sendo estas destinadas aos professores, às crianças e aos adolescentes. Os jovens participaram de um concurso de maquetes sobre os lugares da memória de Porteiras. Além de tudo isso, na noite cultural, as apresentações de grupos artístico-culturais

despertaram os olhares dos demais segmentos da população local para as referências culturais de Porteiras. Já aos 21 de setembro de 2007, o III ESPACULT, que aprofundou a temática Memória Social e Cultura Material deu continuidade às ações das edições anteriores. Durante o evento, o REMOP inaugurou a Casa da Memória de Porteiras.

Desde então, a Casa da Memória de Porteiras, museu comunitário administrado voluntariamente pelo REMOP, vem promovendo palestras, oficinas e seminários para os diferentes segmentos sociais do município, bem como visitas monitoradas para os estudantes das escolas locais e demais visitantes, procurando sensibilizá-los da necessidade de valorização e preservação da memória e do patrimônio cultural de Porteiras e, por extensão, do Cariri, visto que,

Para assumir seu caráter educativo, o museu coloca-se, então, como o lugar onde os objetos são expostos para compor um argumento crítico. Mas só isso não basta. Torna-se necessário desenvolver programas com o intuito de sensibilizar os visitantes para uma maior interação com o museu. Não se trata da simples “formação de platéia”, a valorização do mundo como forma de criar “cultura mais refinada”. Antes de tudo, objetiva-se o incremento de uma educação mais profunda, envolvida com a percepção mais crítica sobre o mundo do qual fazemos parte e sobre o qual devemos atuar de modo mais reflexivo. (RAMOS, 2004, p.21).

Nesse sentido, a realização do IV ESPACULT, que abordou o tema *Memória e afrodescendência*, e que ocorreu dentro das comemorações da 9ª Semana Nacional de Museus

(SNM), deu continuidade às iniciativas dos eventos anteriores.⁵ A abertura das atividades ocorreu na manhã do dia 20 de maio e constou de uma conferência com os integrantes do Grupo de Valorização Negra do Cariri (GRUNEC), Verônica Carvalho e Diego César.

Na ocasião, a construção da memória (e do silêncio) sobre os povos negros do Cariri foi discutida por professores, estudantes, agricultores, aposentados, comerciantes, servidores públicos e demais segmentos da sociedade. Além da participação de instituições de ensino básico e superior do Cariri, e de organizações não governamentais, o momento contou com a presença dos moradores do quilombo dos Souza. O debate sobre a afrodescendência entrecruzou os níveis local, regional e nacional, e levou os participantes a perceberem que “Estudar a história não significa saber o que aconteceu e sim ampliar o conhecimento sobre a nossa própria historicidade” (RAMOS, 2004, p. 24).

Naquele momento, o GRUNEC, em parceria com a Cáritas Diocesana de Crato, lançou a cartilha *Caminhos: Mapeamento das Comunidades Negras e Quilombolas do Cariri Cearense* (2011). A publicação evidenciou a existência de 25 comunidades negras na região, sendo que, destas, apenas 6 se

⁵ A Semana Nacional de Museus (SNM) é estimulada pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), órgão vinculado ao Ministério da Cultura. Este estimula a promoção de ações museológicas a fim de aproximar a população dos espaços museais e, dessa forma, possibilitar a construção de práticas educativas que promovam a cidadania cultural. Comumente, a SNM ocorre no mês de maio, em alusão ao Dia Internacional dos Museus (Dia 18) e apresenta um tema para o debate, em consonância com o apresentado pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM). No ano 2011, o tema aprofundado foi Museu e Memória. (Cf. BRASIL, 2011; CEARÁ, 2011).

auto-reconheceram como quilombolas. Dentre elas, os Souza, de Porteiras. Também, a cartilha denunciou sérios problemas enfrentados no seu cotidiano, como a migração dos membros para os grandes centros urbanos do país, a falta de água e de saneamento básico, o analfabetismo e a dependência dos programas sociais do Governo Federal e etc. Além disso,

Pelo o que foi percebido, mesmo naqueles agrupamentos em que existem fortes manifestações associadas à cultura afro-brasileira, os seus moradores não conseguem encará-las como uma herança africana no Brasil. [...] Por detrás dessa dificuldade em assumir plenamente essa identidade, foi identificada a forte presença do racismo da atual sociedade. Em todos esses lugares são comuns os relatos de preconceito e discriminação sofridos pelos seus moradores. (GRUPO DE VALORIZAÇÃO NEGRA DO CARIRI; CÁRITAS DIOCESANA DE CRATO, 2011, p. 7).

Esse debate evidenciou como os museus, que desenvolvem ações educativas, podem provocar momentos de socialização, troca de experiências e reivindicações dos indivíduos e dos movimentos sociais frente aos poderes públicos e à sociedade como um todo. Diferentemente, “o museu que não tem compromisso educativo transforma-se em depósito de objetos ou vitrines de um Shopping Center Cultural” (RAMOS, 2001, p.129). Além disso, é importante discernir que,

[...] a promoção de eventos não pode ser o principal fim do gerenciamento cultural e sim uma prática integrada com atividades de descentralização cultural, ou seja, de valorização das várias culturas que se cruzam

ou se excluem nas mais variadas sociabilidades. (RAMOS, 2001, p.124).

Como resultado, o debate provocado no ESPACULT sobre as heranças africanas no Cariri e a discriminação vivenciada pelo(as) negro(as) emocionou os participantes e lançou novas inquietações nos estudantes e profissionais da educação que estavam presentes.⁶

No que diz respeito ao ensino de história nas comunidades pesquisadas, a Cartilha *Caminhos* aponta a ausência do debate sobre história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas, mesmo após a promulgação da Lei 10.639/03, mencionada anteriormente. A escola, “Quando muito, atua de forma fragmenta, reforçando erros históricos e contribuindo para a persistência do preconceito e a exclusão social impostas por gerações a estas comunidades” (GRUNEC; CÁRITAS DIOCESANA DE CRATO, 2011, p.14). Ademais, conforme o mesmo documento, “os livros didáticos, adotados para as escolas da região estão desconectados da realidade local” (Idem, p.15). Isso corrobora para a manutenção do silenciamento das trajetórias e experiências sociais dos afro-descendentes, bem como da cultura afro-brasileira.

É necessário, portanto, mudar o direcionamento do “olhar distante” para as vivências das comunidades e incorporá-las nos debates escolares. De igual modo, é fundamental a

⁶ Esse momento contou a participação dos estudantes e professores da E.E.E.P. Balbina Viana Arrais, E.E.M. Aristarco Cardoso situadas, respectivamente, nos municípios de Brejo Santo e Porteiras, bem como dos docentes e discentes da Universidade Regional do Cariri (URCA), sediada na cidade do Crato, e os estudantes da Faculdade Leão Sampaio, em Juazeiro do Norte.

elaboração de material didático no qual sejam inseridas suas vivências e culturas. Assim sendo, as comunidades carecem, urgentemente, de trabalhos de investigação histórica que incorporem suas existências e modos de viver, uma vez que,

O local e o cotidiano da criança e dos jovens constituem e são constitutivos de importantes dimensões do viver; logo podem ser problematizados, tematizados e explorados no dia-a-dia da sala de aula com criatividade, a partir das diferentes situações, fontes e linguagens. (FONSECA, 2006, p.132).

Atendendo à necessidade de olhar para a vida social da comunidade, para compreendê-la e valorizá-la em sua diversidade, os participantes do ESPACULT foram convidados a subirem à Chapada do Araripe para conhecerem o espaço da comunidade dos Souza. Lá foram recepcionados calorosamente pelos moradores. Através do diálogo destes com os participantes do evento, estes últimos conheceram alguns dos bens culturais do quilombo e dos projetos desenvolvidos na comunidade. Por fim, a dança do coco reuniu todos na celebração da despedida.⁷

⁷ De acordo com o *Dicionário do Folclore Brasileiro*, o coco é uma “dança popular nordestina. O refrão, que corresponde aos versos do *tirador de coco* ou *coqueiro*, é cantado em coro. É canto-dança da praia e do sertão. A influência africana é visível” (CASCUDO, 2002, p.147, grifo do autor). Conforme Santos (2011a), a dança do coco é tradicional da comunidade dos Souza e mantida como um símbolo de resistência contra o esquecimento. Ao participarem de eventos culturais e de debates políticos, os Souza entoam suas vozes cantaroladas as rimas da canção e dão seus passos, como seus ancestrais faziam nos terreiros das casas de chão vermelho, sob os ares frios da Chapada do Araripe. Portanto, tal manifestação se constitui como um bem precioso do seu patrimônio cultural que apresenta fortes traços da ancestralidade africana.

Segundo a cartilha do GRUNEC (2011, p. 25), a comunidade dos Souza possui um “Patrimônio cultural diverso, com manifestações como banda cabaçal, dança do côco, maneiro-pau, toré dentre outras. A população se diz católica, embora pratique a umbanda. Afirmam-se xangozeiros”.

Na noite do primeiro dia do IV ESPACULT, os religiosos do Candomblé, do Terreiro Ile Afé Omo Olw Aye, do Pai Bira, chamou atenção dos moradores da cidade de Porteiras. Naquele momento, eles se apresentaram na Praça da Liberdade, ponto central da cidade, envolvendo os demais participantes nos sons dos tambores e nos passos da grande roda, contando, inclusive, com a participação dos membros dos religiosos da Umbanda de Porteiras, cuja origem remonta ao antigo terreiro antes existente na comunidade dos Souza. Na ocasião, eles reivindicaram o fim do preconceito para com as religiões de matrizes africanas.

O ESPACULT contou, ainda, com a promoção de oficinas para crianças, estudantes, professores e idosos. Foram elas: 1. Museu, memória e ensino de história; 2. Turismo cultural e desenvolvimento regional; 3. A literatura, o cinema e a televisão: Construtores de significados e comportamentos; 4. Confecção de máscaras e brinquedos infantis (BRASIL, 2011).

Além de tudo isso, a Casa da Memória de Porteiras realizou a abertura da exposição temporária *Memórias da Afro-descendência*, e convidou os porteirenses e os participantes do evento a problematizarem as memórias e o cotidiano das comunidades negras do Cariri, nas visitas guiadas no Museu. Lembremos que, “Ao trabalhar com os objetos através de pro-

blemáticas históricas, o museu abre um infindável campo de possibilidades” (RAMOS, 2004, p.38).

Na exposição, as comunidades negras rurais e quilombolas citadas na Cartilha *Caminhos*, estando elas situadas em 15 municípios do Cariri, foram representadas através das imagens iconográficas. Foram elas: Tipi, no município de Aurora; Catingueira, Angicos, Chico Gomes, Currais, Luanda e Serrinha, em Crato; Jamacaru e Pau D’arco, em Missão Velha; Mulatos, em Jardim; Alto dos Madalenas, em Jati; Souza, em Porteiras; Vila das Ritas e Extrema, em Mauriti; Valdivino, em Milagres; Arruda e Cachoeirinha, em Araripe; Pannels, em Várzea Alegre; Catolé e Caracará, em Potengi; Infincado, em Assaré; Serra das Chagas, Arapuca, Cacetes, Quincas, Lagoa dos Crioulos, Serras dos Nogueiras, Baixio dos Mocos, Facões, Lagoa dos Paulinos e Serrinha, em Salitre.⁸

Nesse cenário museográfico, bem como no ensino de história nos espaços escolares e nas pesquisas históricas que tomam as imagens como fonte e/ou objeto de estudo, é importante estarmos atentos à compreensão da fotografia como uma representação do real. Ou seja, elas são construções culturais (BITTENCOURT, 2011). Dessa forma, elas são tomadas como documentos históricos (FONSECA, 2003; BEZERRA DE MENESES, 2003).

Para Bezerra de Meneses (2003), os historiadores devem deslocar seus horizontes, referentes aos usos das fontes

⁸ As fotografias que foram expostas das comunidades negras e quilombolas do Cariri pertencem ao acervo de imagens do GRUNEC, e foram produzidas durante a realização do Mapeamento citado, com exceção das imagens da comunidade dos Souza, produzidas pelo REMOP.

visuais, para o entendimento (e o uso) da amplitude da visualidade como objeto de historicidade. Ou seja, ele chama a atenção para compreendermos a dimensão visual da sociedade. Nesse caso, o visual se refere à sociedade (e ao passado) e não às fontes. Portanto, a partir destas devemos construir problemáticas para compreender os regimes de historicidade. Nesse caso, o debate sobre a visualidade foi direcionado para a problemática da identidade.

Conforme Bezerra de Meneses (1993), os museus devem assumir uma postura crítica frente à problemática da identidade. Para isso, é necessário romper com práticas cristalizadas nos espaços museais, quando o conhecimento acadêmico (tido como verdadeiro e inflexível) ou quando práticas de militância (que direcionam para a construção de memórias dos “excluídos” e/ou “silenciados” de forma rígida) constroem discursos que privilegiam ou almejam a cristalização do representado e a aceitação social dos valores apresentados sem questioná-los.

Assim sendo, cabe aos museus criar condições para o entendimento da construção da identidade, e de seus processos de reinvenções, entre manipulações e resistências, em cenários e espaços de disputas pelas memórias. Tal cenário coloca-nos perante uma tessitura de possibilidades (de ações educativas e de práticas museológicas) capazes de provocar o autorreconhecimento dos visitantes enquanto sujeitos históricos, cientes do seu tempo e da capacidade de tomar iniciativas a fim de mudar o mundo que lhes cerca. Assim fizeram os jovens do núcleo educativo da Casa da Memória de Porteiras ao promoverem o IV ESPACULT.

Considerações Finais

Diante do exposto, a experiência relatada demonstrou que o museu comunitário, quando desenvolve ações educativas, sendo elas, exposições mediadas, apresentações artístico-culturais, enquetes, debates, visitas mediadas aos lugares dos seus respectivos municípios e etc., podem provocar, nos moradores, a participação política na defesa dos seus bens culturais e na reivindicação de melhorias de vida.

O IV ESPACULT mostrou, também, que o ensino de história fora dos espaços escolares, como no caso do museu comunitário, é de extrema importância para a incorporação da história das comunidades na formação dos seus cidadãos que, cientes dos processos históricos dos seus lugares, podem reivindicar sua participação na construção da memória social e no despertar para as lutas políticas.

Por fim, a experiência reiterou que para a valorização da pluralidade cultural do Brasil, deve-se tomar por base — além dos programas e projetos oficiais do Estado brasileiro — os trabalhos comunitários, ou seja, as experiências vivenciadas pelos moradores dos povoados, distritos, bairros e cidades. Não basta tornar obrigatório o ensino de história afro-brasileira, africana e indígenas. É necessário, portanto, incorporar todos os moradores (negros, brancos, pardos, indígenas) e os diversos segmentos sociais nos debates que tocam à etnicidade e a identidade cultural.

De igual modo, percebemos como as práticas educativas concernentes ao ensino de história em espaços não esco-

lares são significativas para o processo de (re)construção da memória social e do reconhecimento do patrimônio cultural, colaborando, de forma eficaz, na valorização das diferenças e da pluralidade cultural do Brasil.

Referências

ABREU, Matha; MATTOS, Hebe. Em torno das “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e Para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana”: Uma conversa com historiadores. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.21, n.41, p. 5-20, Jan./Jun. 2008.

BEZERRA DE MENESES, Ulpiano T.. Fontes visuais, cultura visual, história visual: balanço provisório, propostas cautelares. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.23 n. 45, p.11-36, 2003.

_____. A problemática da identidade cultural nos museus: de objetivo (de ação) a objeto (de conhecimento). *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, Nova Série, v.1, p. 207-309, 1993.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de história: Fundamentos e métodos*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Identidades e ensino da história no Brasil. In: CARRETERO, Mario; ROSA, Alberto; GONZÁLEZ, María Fernanda (Orgs.). *Ensino da história e memória coletiva*. Tradução Valério Campos. Porto Alegre: Artmed, 2007, p.33-52.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). *9ª Semana Nacional de Museus: Museu e Memória*. Brasília, 2011.

_____. Ministério da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana*. Brasília, 2004.

CASCUDO, Luis da Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. 11 ed. São Paulo: Global, 2002.

CEARÁ. Sistema Estadual de Museus do Ceará (SEM/CE). *9ª Semana Nacional de Museus: Museu e memória*. Programação Ceará 2011. Fortaleza: SECULT; Museu do Ceará, 2011.

CHAGAS, Mário. Memória política e política de memória. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). *Memória e patrimônio: Ensaios contemporâneos*. 2 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p. 136-167.

CONTIJO, Rebeca. Identidade nacional e ensino de história: a diversidade como “patrimônio sociocultural”. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (Orgs.). *Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, p. 55-79.

FERNANDES, Oriá. Memória e ensino de história. In: BITENCOURT, Circe (Org.) *O saber histórico na sala de aula*. 11 ed. São Paulo: Contexto, 2009, p. 128-148.

_____. Ensino de História e diversidade cultural: desafios e possibilidades. *Cadernos Cedes*, Campinas, v. 25, n. 67, p. 378-388, 2005.

FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e prática de ensino em História: experiências, reflexões e aprendizados*. Campinas, SP: Papirus, 2003.

_____. História local e fontes orais: uma reflexão sobre saberes e práticas de ensino de história. *História Oral*, v.9, n.1, p.125-141, jan./jun. 2006.

GRUPO DE VALORIZAÇÃO NEGRA DO CARIRI (GRUNEC); CÁRITAS DIOCESANA DO CRATO. *Caminhos: Mapeamento das Comunidades Negras e Quilombolas do Cariri Cearense*. Crato: GRUNEC; Cáritas Diocesana de Crato, 2011.

INSTITUTO DA MEMÓRIA DO POVO CEARENSE (IMOPEC). *Comunidades negras no Ceará*. Fortaleza: IMOPEC, 1998.

PINHEIRO, Irineu. *Efemérides do Cariri*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1963.

PORDEUS JR, Ismael. *Umbanda: Ceará em transe*. 2 ed. Fortaleza: Museu do Ceará, 2011.

RAMOS, Francisco Regis Lopes. *A danação do objeto: O museu no ensino de história*. Chapecó: Argos, 2004.

_____. Museu, ensino de história e sociedade de consumo. *Trajatos*, Fortaleza, v.1, n.1, p. 109-130, 2001.

RATTZ, Alex. *Traços étnicos: espacialidades e culturas negras e indígenas*. Fortaleza: Museu do Ceará; SECULT, 2009.

SANTOS, Cícero Joaquim dos. *Passado alumiado: representações históricas de Porteiras*. Fortaleza: IMOPEC, 2011.

_____. A festa repensada: relato de uma experiência na Casa da Memória de Porteiras/CE. In: Encontro Nacional dos Pesquisadores do Ensino de História, 9., 2011, Florianópolis. *Anais Eletrônicos...* Florianópolis: UFSC, 2011. Disponível em: <http://www.abeh.org.br>. Acesso em: 20 de Nov. 2011.

_____; SANTOS, Diego César. A presença negra em Porteiras. *Raízes Boletim do Instituto da Memória do Povo Cearense*, Fortaleza, n.53, pp. 4-8, Jan./mar. 2006.

INICIAÇÃO CIENTÍFICA NUMA IES PARTICULAR DE FORTALEZA

Raquel Figueiredo Barretto

Coordenadora do Programa de Iniciação Científica e Tecnológica de uma IES Particular de Fortaleza
E-mail: raquelfbarretto@gmail.com

Introdução

Estamos na era da informação. A questão já não é mais o acesso a informação, que está disponível quase que instantaneamente; o problema agora é como manusear tantas informações, como verificar sua autenticidade, o que fazer com tanta informação?

Em algum momento da evolução da humanidade o ensino baseado na transmissão de informações foi o suficiente. O atual estágio da sociedade mostrou que este ensino, baseado quase que exclusivamente na transmissão oral de informações, está completamente ultrapassado.

Em muitas ciências, por exemplo, não se consegue mais transmitir todo o conteúdo relevante, pois o conhecimento ainda não está nem acabado nem completamente disponível.

Antigamente, o importante era dominar o conhecimento, hoje o importante é “dominar o desconhecimento”, ou seja, diante de um problema para o qual aparentemente não se tem a resposta pronta, o profissional deve saber buscar a solução pertinente e, quando não disponível, saber encontrar, ele próprio, as respostas por meio de pesquisa. (BEIRAO)